

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.168.459 - RS (2009/0230066-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
EMBARGANTE : **LAURY ERNESTO KOCH**
ADVOGADO : **LAURY ERNESTO KOCH (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RS024065**
EMBARGADO : **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**
ADVOGADOS : **EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA - DF007460**
LÍLIAN AVALONI GUEDES AZEREDO - DF009924
ADVOGADOS : **CAROLINA TENÓRIO DE MELLO - DF019291**
MARCUS ANDRÉ NASCIMENTO MARCHI E OUTRO(S) - RS056550
ADVOGADOS : **LUCIANA MUNIZ CORDEIRO - DF023121**
DANIEL SOUSA ISAIAS PEREIRA - DF027253
ADVOGADOS : **LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA - DF017426**
RAPHAEL RIBEIRO BERTONI - SP259898
INTERES. : **RIPALDA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PARADIGMA. DECISÃO MONOCRÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1043, I, DO CPC/2015 E 266 DO RISTJ. PRECEDENTES.

1. Nos Embargos de Divergência, o agravante afirma que o acórdão embargado diverge da decisão monocrática proferida pelo Ministro Humberto Martins no AgRg no REsp 1251563/RS.
2. Segundo o art. 1.043 do CPC/2015, são cabíveis Embargos de Divergência para uniformizar a jurisprudência interna do Superior Tribunal de Justiça quando há dissonância entre acórdãos prolatados por órgãos fracionários diversos dessa Corte, motivo pelo qual não se admite a utilização de decisão monocrática como paradigma para comprovar dissídio jurisprudencial. Precedentes: AgInt nos EREsp 1.715.716/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 19/12/2018.
3. Além disso, a decisão indicada pelo embargante como divergente, antes mesmo da interposição destes Embargos de Divergência, foi reformada no julgamento do Agravo Regimental em Agravo Regimental no Recurso especial aviado pela ora embargada, estando no mesmo sentido do acórdão embargado.
4. Embargos de Divergência não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça: "A Corte Especial, por unanimidade, não conheceu dos embargos de divergência, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros

Superior Tribunal de Justiça

Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Sérgio Kukina, Nefi Cordeiro, Felix Fischer, Nancy Andrighi, Laurita Vaz e Humberto Martins votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão, João Otávio de Noronha, Jorge Mussi, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves e Raul Araújo.

Convocados os Srs. Ministros Sérgio Kukina e Nefi Cordeiro."

Brasília, 1º de julho de 2019(data do julgamento)..

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Presidente

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

